

CHAPA OPTEI PELO SOCIALISMO LULA LIVRE SANTA CATARINA - 470

DERROTAR O GOLPE, RECONSTRUIR SONHOS E EDIFICAR UMA NOVA DIMENSÃO CIVILIZATÓRIA.

A “nova era” anunciada por Bolsonaro significa, na realidade, subjugar o Brasil e principalmente a classe trabalhadora, aos interesses de grupos transnacionais e de setores conservadores nacionais.

Estes mesmos grupos foram responsáveis pelo Golpe contra a presidente Dilma e financiaram a operação criminosa, montada dentro das próprias instituições da Justiça, para garantir a vitória da extrema direita na eleição de 2018. Fica muito claro que a Lava Jato, chefiada por Sérgio Moro, foi uma operação das elites contra a opção de nossos governos por um Estado que sirva às classes trabalhadoras e à soberania nacional.

É um processo que desestabiliza não só a democracia, mas até mecanismos básicos para a sobrevivência de economias emergentes. O Capitalismo vive uma crise de acumulação, e eles querem que o lucro do capital financeiro venha, agora, do sangue do nosso povo.

A operação criminosa montada no Judiciário, longe de pretender prioritariamente combater a corrupção, veio para interferir diretamente no resultado das eleições. Avanços democráticos que ajudamos a construir com o fortalecimento do Ministério Público, Polícia Federal e novas leis anticorrupção acabaram por serem instrumentos para asfixiar a democracia e atingir nosso governo.

O judiciário Brasileiro sempre foi rápido para condenar pobres e conter avanços nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, contudo, o caso de Lula demonstra a ousadia a que está chegando. O genocídio de populações negras e empobrecidas encontra no sistema de justiça do nosso país um aliado fundamental para manter estas pessoas, ora encarceradas, ora mortas e/ou injustiçadas pela proteção que é ofertada aos algozes que as exterminam. E agora, com o governo Bolsonaro, isto tornou-se mais do que nunca uma política de Estado.

O trânsito para uma democracia de novo tipo pressupõe que na resistência resgatemos muito daquilo que o capital falsamente prega e hoje descarta, embora este não seja o nosso teto.

De Temer a Bolsonaro: o golpe tenta se consolidar.

Desde meados de 2016, o país é governado pela mesma racionalidade: “menos” Estado e menos regulamentações; o que supostamente atrairia investimentos externos e liberaria os internos. Bolsonaro recebeu um país com uma legislação trabalhista flexibilizada; com ênfase no incentivo às terceirizações; com a desestruturação dos sindicatos dos trabalhadores; com várias medidas que desregulamentavam fiscalizações nas atividades produtivas, ampliando o uso de veneno na agricultura; com restrições orçamentárias de recursos para a saúde, para a educação, para programas sociais, para defesa do meio ambiente.

O resultado desse desmonte do Estado e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras foi o despencar do investimento e dos gastos federais não obrigatórios; uma estabilização das altas taxas de desemprego em torno de 18%, computando os que procuram emprego e os desalentados que desistiram da procura; empregos precarizados com evidente baixa de remuneração; a queda do PIB; o agravamento da crise da indústria; o crescimento

da pobreza. E a crise social tende a se agravar.

Contudo, o rebatimento dessa situação econômica vem de forma lenta na política. A oposição democrática e de esquerda ainda investe na reorganização de suas forças e redefinição de sua estratégia. Nesse sentido, os principais problemas do governo Bolsonaro ainda são suas contradições internas, entre o núcleo econômico e sua base parlamentar no Congresso.

As revelações do The Intercept Brasil sobre a Lava Jato e sua repercussão em parcelas da mídia tradicional apresentam robustas provas daquilo que setores democráticos e de esquerda denunciavam há tempos: a Operação Lava Jato, que juntava Ministério Público Federal, Polícia Federal e o Judiciário, representada pelo juiz Moro, pela maioria do TRF-4, do STJ, do TSE e do STF se transformou em um dique de contenção da candidatura Lula em 2018.

A questão fundiária/ambiental é um dos centros de atenção dos interesses internacionais sobre o Brasil e se expressa na incidência sobre o governo, o parlamento e o poder judiciário para a flexibilização das regras de apropriação e uso das terras, dos recursos hídricos e das florestas, além do petróleo.

Para que uma revisão econômica, ideológica, cultural e política sejam possíveis, será mais do que necessário neste 7º Congresso do PT nós nos repensarmos. A crise do processo civilizatório é também a crise da esquerda.

PT, em seu Congresso Nacional, deve se orientar por uma necessária recomposição e revisão interna. É hora de atualizar nossa síntese e nossas representações para reposicionar o PT como o partido capaz de compor a construção de um novo marco civilizatório, socialista, democrático e popular, para o Brasil.

Nossa proposta para este Congresso é:

- Enfatizar a tragédia social que se avizinha com as ações ultraliberais em curso no país.

- Na oposição à reforma da Previdência, o PT deve apresentar propostas que incidam sobre os devedores e o bilionário desfalque aos cofres da Previdência; sobre os privilégios dos militares e de seus dependentes; das elites do Legislativo, Judiciário, Executivo, Ministério Público. O que for considerado “direito adquirido” deve ser objeto – por proposta petista - de plebiscitos sobre sua continuidade ou não para a disputa dos corações e mentes.

- O PT deve enfatizar a injusta condenação e prisão de Lula, ampliar a luta por Lula Livre, enfatizar a ameaça que significa a conduta de Moro e da chamada “força tarefa” à democracia. Não são apenas o PT e a esquerda que estão sob ameaça, mas o conjunto de instituições do Estado de direito.

- Afirmar o papel de Lula como a principal liderança de resistência, por que, representa o símbolo da luta da classe trabalhadora contemporânea.

- O PT deve superar sua postura de defensiva e apenas de resistência no debate sobre a corrupção. Devemos ousar nas proposições que ampliem a transparência das instituições, inclusive no Judiciário.

- O PT deve se preparar para se expor mais diretamente nas ruas. Sem prejuízo de manter e aprofundar alianças com forças que demonstram solidariedade ativa ao PT, nosso partido tem base social e autoridade para buscar a inversão dos termos do debate sobre corrupção.

- No campo da segurança pública, defender medidas sociais, econômicas e culturais que reduzam a criminalidade, a par de iniciativas de desencarceramento, de promoção da justiça

contra arbitrariedades do judiciário brasileiro, fortalecimento de movimentos antiproibicionistas.

- O PT cumpre papel fundamental na esquerda brasileira, latino-americana e mundial na construção e luta do socialismo. Propomos tirar o socialismo da clandestinidade partidária e deixar nítido debate estratégico para a construção de uma nova sociedade.

- Afirmar o socialismo como alternativa ao capitalismo. Fazer o debate ideológico. Defender um modelo de desenvolvimento que rompa a subordinação econômica e de classe em todos os níveis, que afirme a redistribuição de renda e ampliação de direitos.

- Lutar pela emancipação humana e os valores éticos, não burgueses, de justiça e solidariedade. Uma humanidade que exalte a diversidade, sem permitir que ela se torne justificativa para a desigualdade e o individualismo.

- Retomar o princípio de construção e organização partidária de massas. A retomada desse processo deve garantir a democracia interna para a constituição de uma direção sintonizada com a base, que signifique, de um lado, o fim do imobilismo e da burocratização e que, de outro lado, rechace politicamente aqueles que questionam os fundamentos da existência do PT e chegam a flertar ideologicamente com a direita.

- Superar as debilidades e deformações que impregnaram e continua impregnando a vida partidária, por exemplo, distinguir partido e governos e distinguir a direção partidária e mandatos;

- Promover mudanças organizativas e consolidar uma direção política qualitativamente superior e representativa na base social, na luta popular, na diversidade cultural, gênero, sexualidade, étnica, racial para incluir as novas expressões de organização de transformação da sociedade.

- Fortalecer e qualificar as direções políticas, com autoridade, autonomia e estrutura.

- Fortalecer o papel dos mandatos petistas, neste processo, além da representação e responsabilidades de governo, é fundamental para impulsionar o debate.

- Resistir e combater os interesses das classes dominantes e do neoliberalismo, a hegemonia do capital financeiro, a recessão e o desemprego e a perda dos direitos sociais e civis;

- Combater a inconsequente redução dos recursos para a educação e a saúde, os direitos à aposentadoria, à assistência social e às pensões.

- Defender como legado dos governos de Lula e Dilma a política de valorização do salário-mínimo como instrumento de distribuição de renda e redução de desigualdades, as políticas de inclusão; o acesso ao ensino superior e retomada da política externa altiva.

- Avançar com um novo programa democrático popular, o retorno ao governo para programar reformas estruturais que possibilitem avançar rumo a um País mais justo e mais democrático.

- Defender a reforma agrária para além da democratização do acesso a terra, mas como fundamento de uma geopolítica econômica, distributiva, inclusiva e soberana.

- Apoiar e valorizar as políticas de organização da juventude, com canais próprios e instâncias de participação para a produção de políticas públicas e organização partidária.

- Cerrar fileiras em uma ampla frente popular de resistência que envolva setores progressistas da sociedade, partidos políticos, intelectuais, movimentos sociais, populares, sindicais como luta por moradia, feministas, LGBT, raça e estudantis.

- Ampliar a defesa de uma política internacional de solidariedade com os trabalhadores e os povos que sofrem a opressão imperialista. Isso implica, também, reforçar a união e solidariedade entre os povos em luta na América Latina e no Caribe.

Para o debate em Santa Catarina:

- Priorizar a Organização de base a partir das comunidades e suas organizações com a inserção de todos os Petistas façam a disputa do projeto a partir do meio comunitário se transforma em

prioridade absoluta.

- A formação política partidária torna-se necessária no cotidiano da organicidade partidária com cursos programáticos, mas ao mesmo tempo, cada espaço de atuação de militantes deve trazer a pedagogia formativa e educadora dos valores democráticos, solidários, inclusivos e transformadores em cada espaço que atuamos.

- Do ponto de eleitoral a construção de nominatas de candidaturas a vereadores e vereadoras completas se torna prioridade fundamental para o enfrentamento das lideranças conservadoras em cada município de Santa Catarina.

- Construir conjuntamente com os Municípios e suas bases partidárias uma política de autofinanciamento de nossas lutas para enfrentar de forma solidária os desafios da Classe Trabalhadora.

- Reorganizar nossa Juventude para que seja ela a protagonista e sujeita da renovação de quadros.

- Reorganizar o setorial através da Secretaria de Movimentos Populares e o Setorial Agrário.

- Devemos somar ao debate estratégico nacional uma estratégia de poder de médio e longo prazo, com vistas a 2020 e 2022. Este é o grande desafio de acumulo de forças para consolidarmos uma base de sustentação popular e a retomada do poder institucional.

- O Partido dos Trabalhadores tem que romper o isolamento imposto pela estratégia, preconceituosa nacional e estadual do antipetismo, aproveitando e associando as contradições da direita.

- Santa Catarina é protagonista na propaganda do ódio de classe e do ódio anti-petista, alimentado, principalmente, pela direita onde Bolsonaro teve o seu maior desempenho eleitoral.

- O cenário deste governo autoritário e fascista se reflete em Santa Catarina. As consequências das políticas por ele propostas impactam diretamente na população pobre do campo e da cidade.

- Com a destituição das políticas de desenvolvimento agrário o impacto é na agricultura familiar com mudanças nas políticas de crédito, infraestrutura rural, logística e produção agroindustrial.

- Os municípios neste contexto da luta revestem-se ainda de grande importância na organização do nosso Partido, para o fortalecimento das lutas regionais e da densidade política. É fundamental o debate de organização partidária e incorporação das agendas de mobilização e luta social para acumular forças nas eleições municipais em 2020.

- Para, além disso, o debate estadual deve contemplar a estratégia da disputa política e eleitoral nos municípios estratégicos, grandes e médios. A construção da disputa em Florianópolis é fundamental.

- Na estratégia da luta institucional, retomar a unidade e o fortalecimento de campo democrático e popular, de esquerda para mudar a correlação de forças na sociedade catarinense.

- Reinaugurar o diálogo, de longo prazo, com os partidos do campo democrático e popular e as forças vivas da sociedade em Santa Catarina. Buscando o objetivo de construir o projeto de poder, em uma Frente de Esquerda.

- Ter como diretrizes candidaturas próprias ou em aliança no campo democrático e popular e fortalecer, pela esquerda, o projeto estadual e nacional na disputa de poder.

- No entanto, as possibilidades de vitória política eleitoral em 2020 e 2022 estão proporcionalmente relacionadas à capacidade de organizar e fazer a nossa principal aliança – com o povo e pelo povo Catarinense.

- Por isso, devemos estimular desde já o debate programático com forte ação partidária e de comunicação alternativa, ancorada na defesa das pautas populares, do legado de nossos governos, em firme oposição à agenda neoliberal, autoritária e fascista de Bolsonaro.

A luta nos ensina, a não fugirmos dela!